

O Jornalismo Policial mediado pelos grupos de *WhatsApp* da Polícia Militar e seus reflexos nos valores-notícia dos portais de notícias do interior catarinense¹

Ricardo Aoki²

Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

Resumo

Este estudo investiga a relação entre jornalistas e os grupos de *WhatsApp* administrados pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). A pesquisa utiliza análise qualitativa para compreender como os portais de notícias locais gerem informações obtidas via *WhatsApp*, com foco no fluxo informativo mediado pelos Departamentos de Comunicação Social da corporação. O objetivo é avaliar se os valores-notícia são considerados na publicação de ocorrências policiais e se os veículos do interior atuam efetivamente como assessorias de imprensa da PMSC. Os resultados sugerem que, devido à dependência de releases policiais, esses portais muitas vezes reproduzem informações sem análise crítica, comprometendo os valores tradicionais do jornalismo.

Palavra-chave: *WhatsApp*, Valores-notícia, Polícia Militar, Jornalismo Policial.

Do Homem do Sapato Branco aos releases policiais no *WhatsApp*.

O jornalismo policial brasileiro, aquele que cobre as ocorrências das forças de segurança, remonta do início do século XX. Dois crimes marcam esse tipo de cobertura jornalística e a história da imprensa brasileira. O primeiro aconteceu em 1908 quando uma intriga entre imigrantes resultou no esquitejamento de outros imigrantes. Os corpos foram colocados em malas para serem despachados em navios. O segundo caso ocorreu em 1938, ficando conhecido como o Massacre do Restaurante Chinês (MANSO, 2023).

Em ambos os crimes o jornalismo da época, em especial o radiojornalismo, transformou as histórias em verdadeiras novelas e os locutores davam o tom de dramaticidade necessária para prender a atenção do ouvinte. Outro fenômeno importante no jornalismo policial foi o surgimento dos jornais populares como o “Notícias Populares” em 1963. Manso (2023) explica que a fórmula para atrair o interesse do leitor era a de publicar corpos baleados e histórias policiais na capa. Ou seja, as ocorrências policiais sempre foram uma das principais fontes geradoras de notícias no jornalismo. Elas tem grande apelo popular e agregam valor-notícia ao tratarem de crimes e violência (SILVA, 2014).

¹ Trabalho apresentado na GP Teorias do Jornalismo, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: ricardoaoiki@ricardoaoiki.com

Nesse bastião surgiram jornalistas famosos como Jacinto Figueira Júnior (O Homem do Sapato Branco), Gil Gomes, Afanásio Jazadji e outros que vieram na esteira e que recentemente podem ser estampados na figura de José Luiz Datena e Sikêra Júnior. Todavia, esse tipo de jornalismo necessitava de repórteres que plantonavam nas delegacias e criavam laços sociais com policiais e delegados. Essa proximidade com as fontes de informação acabavam por produzir jornalistas com discurso dos policiais e que dialogavam com o senso comum (MANSO, 2023).

O desrespeito com os direitos humanos e a presunção de inocência não era um item a ser avaliado nesse tipo de jornalismo. No programa apresentado por Jacinto Figueira Júnior, no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), no longinquo 1981, era comum a Polícia Civil levar acusados para serem exibidos ao vivo no palco. Em um dos episódios³, Figueira Júnior mostra duas mulheres acusadas de um assalto, sentadas ao lado da vítima. O apresentador chama o investigador Walter de “amigo” e expõe vítima e acusadas. No mesmo episódio o programa explora o caso de uma briga de condomínio e chama um homossexual de “bichona” e “viado”. Tais situações seriam impessadas nos dias atuais, nem mesmo pelos mais radicais jornalistas que cobrem o dia-a-dia das ocorrências policiais.

Bacim (2015) observou a rotina de uma redação policial em um jornal impresso no interior do Rio Grande do Sul e pode concluir que, em 2015, os jornalistas iam logo pela manhã na delegacia para verificar os boletins de ocorrência e que a partir dessa análise eles realizavam a seleção dos fatos e os valores-notícias de seleção citados por Traquina (2005), ou seja, a proximidade, a relevância, etc. Segundo a autora, a repórter que participou do estudo relatou que algumas ocorrências como brigas entre vizinhos eram deixadas de lado pois ela julgava serem de menor impacto emocional.

Atualmente as rotinas nas redações policiais do telejornalismo continuam parecidas. O repórter continua indo até a delegacia para entrevistar as fontes oficiais, vítimas e suspeitos de crimes. O que mudou é a forma como a informação chega ao repórter. Hoje recebe os releases das ocorrências via *WhatsApp* e seleciona as notícias mais relevantes, para então ir até a delegacia e produzir a notícia no local.

A presente pesquisa atua justamente na relação criada entre jornalistas e os grupos de *WhatsApp* dos batalhões da Polícia Militar de Santa Catarina. O objetivo é

³ O episódio do Homem do Sapato Branco pode ser assistido no Youtube no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=bYKJp6F-oSY>

compreender o fluxo informativo entre a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e os veículos de comunicação locais, com foco nos grupos de *WhatsApp* administrados pelos Departamentos de Comunicação Social da corporação. Partimos da hipótese que os portais de notícias do interior não avaliam os valores-notícia para publicação das ocorrências policiais recebidas a partir do *WhatsApp* e que estes veículos se tornaram assessorias de imprensa da corporação.

O *WhatsApp* como disruptor dos valores notícia no jornalismo policial

Originalmente o *WhatsApp* foi desenvolvido como um aplicativo de comunicação e não para ser uma plataforma digital social ou um meio de distribuição de conteúdo. Aoki (2023) argumenta que as funcionalidades utilizadas atualmente, como os grupos de membros para envio de notícias, são parte de um processo de *affordance*, ou seja, das necessidades identificadas pelos usuários do aplicativo.

Os grupos de *WhatsApp* provocaram uma mudança de paradigma no jornalismo. A partir da utilização do aplicativo as práticas jornalistas foram modificadas e no que tange o jornalismo policial a necessidade de ir ao local das ocorrências acabou se tornando uma prática mais direcionada ao telejornalismo. Os portais de notícias abandonaram essa rotina e produzem seu conteúdo basicamente a partir da recepção das ocorrências policiais pelo aplicativo.

Essa nova metodologia no processo de produção da notícia alterou o modo como os repórteres selecionam os fatos e os valores que dão aos acontecimentos. Van Dalen (2023) explica que o *gatekeeping* algorítmico, que prioriza o engajamento e relevância de um texto, afeta diretamente as escolhas do que se torna noticiável. Ou seja, os repórteres passaram a priorizar cliques e a produção de notícias que podem gerar compartilhamentos, comentários e potencial mobilização (SHIN; MILLER, 2025).

O que se nota é que a seleção dos fatos não se dá propriamente pelos valores-notícia clássicos e sim pelos mediados por plataformas sociais digitais, como apresentado nesse trabalho, as notícias são publicadas sem apuração ou checagem e sim por um achismo do que pode gerar mais repercussão nas redes sociais digitais. Nesse sentido, a publicação das ocorrências policiais se parece mais com um trabalho de Relações Públicas, tendo em vista que o Departamento de Comunicação Social da Polícia Militar

de Santa Catarina acaba usando os portais de notícias como reforço da imagem positiva da corporação diante dos públicos (KUNSCH, 2016).

Como mencionado anteriormente neste artigo, Bacim (2015) explica que o processo de seleção de notícias era mediado pelo repórter durante a leitura dos Boletins de Ocorrência na Delegacia de Polícia. Entretanto, a partir da adoção do *WhatsApp* como método de recepção e seleção das ocorrências que serão publicadas, nota-se que se abandonou a checagem do fato e o repórter passa a confiar apenas na informação que a PM enviou.

O repórter passou a basear sua seleção a partir do *gatekeeping* algorítmico e apenas seleciona os textos dos releases policiais sem dar a devida atenção crítica. Nesta pesquisa foi comum encontrar o texto da ocorrência enviado no release policial, publicado *ipsis litteris* em mais de um portal de notícias da mesma região de cobertura. A partir de Silva (2014) que analisa os valores-notícia clássicos, sob a perspectiva de Mauro Wolf e Nelson Traquina (notoriedade, morte, proximidade, etc.), nota-se que eles têm sido pouco considerados pelos repórteres que cobrem a segurança pública, principalmente nas cidades do interior. Essa afirmação é feita a partir das observações desta pesquisa e que serão detalhadas adiante. Entende-se que se os portais têm publicado os textos dos releases na íntegra, geralmente com pequenas mudanças para contemplar o *Search Engine Optimization* (SEO), podemos afirmar que os veículos atuam como assessorias de imprensa da corporação militar e abandonaram o devido processo de checagem das ocorrências antes de se tornarem notícia.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), reconhecendo que a combinação de métodos amplia a compreensão do fenômeno investigado (LAKATOS; MARCONI, 2017). Essa dualidade permite não apenas mensurar padrões estatísticos, mas também interpretar significados sociais, seguindo a premissa de que "a pesquisa científica deve integrar técnicas complementares para superar limitações metodológicas" (ibid., p. 45).

Quanto ao tipo de estudo, trata-se de um estudo observacional e analítico. O viés observacional justifica-se pela coleta de dados sem intervenção direta do pesquisador, mantendo a naturalidade dos fenômenos investigados (GIL, 2019). Já a análise busca

identificar relações entre os releases institucionais e suas repercussões na mídia, alinhando-se ao propósito analítico de "examinar criticamente dados para estabelecer conexões causais ou correlacionais" (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 112).

Figura 1 – Percurso Metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor

O percurso metodológico considerou quatro passos (Figura 1). O primeiro passo consistiu em selecionar os grupos da Polícia Militar em duas cidades catarinenses que chamaremos apenas de X e Y. Em cada uma dessas cidades existe um grupo de contato com os jornalistas. Os pesquisadores entraram nos grupos a partir de convites de outros jornalistas que já integravam os grupos. A orientação aos pesquisadores é de não interferir, comentar ou interagir com os membros do grupo ou com policiais. O segundo passo consistiu em salvar e coletar os releases enviados diariamente. O terceiro passo consistiu em buscar onde as ocorrências foram publicadas. O último passo foi a análise, ou seja, comparar o texto enviado pela Polícia Militar e como ele foi publicado nos portais de notícias.

É importante ressaltar que a pesquisa focou apenas nas publicações feitas nos portais de notícias. Não foram consideradas as publicações em rádios, TVs ou jornais impressos. Todos os dados foram cadastrados em um formulário do Google e analisados a partir da observação se os textos sofreram intervenções dos repórteres ou se foram publicados da mesma forma que foram escritos nos releases policiais.

Seleção dos grupos de *WhatsApp* e coleta de releases (Passo 1).

A amostra desta pesquisa compreende os releases de ocorrências policiais enviados para o Grupo de *WhatsApp* do Batalhão de Polícia Militar da cidade X. Na

descrição do grupo a PM informa que é um canal que presta informações sobre segurança pública e suas ações aos órgãos de imprensa nas cidades no entorno de X que somam cinco cidades. O grupo contava com um total de 188 membros na data de finalização deste artigo. O segundo grupo compreende três batalhões da PMSC na região da cidade Y e tinha um total de 177 membros nesta data.

Coleta de dados e releases (Passo 2)

Este artigo é a sumarização da primeira fase desta pesquisa e compreende um total de 33 dias de coleta entre 05 de maio e 10 de junho de 2025. No total foram coletados 43 releases de ocorrências enviados pelos batalhões nos seus grupos de *WhatsApp*. No total foram somadas 261 ocorrências policiais divididas conforme a natureza:

- **Furto** tem o maior número total de ocorrências, com 212;
- **Tráfico de drogas** segue com 109 ocorrências;
- Outras naturezas, como 'Acidente de Trânsito' (37) e 'Negar-se a Salvar Dívida; Mandado de Prisão' (14), também contribuem para o total, embora com menor frequência de registro.

Busca nos sites (Passo 3)

Após a coleta dos releases, iniciou-se o processo de busca no Google para encontrar onde as ocorrências foram publicadas. No total encontrou-se notícias publicadas em 35 portais (Quadro 1).

Quadro 1 – Domínio dos portais e ocorrência entre parênteses.

engeplus.com.br (29);	sctd.com.br (19);	www.reportersul.com.br (11);	tnsul.com (10);
www.4oito.com.br (9);	radiotuba.com.br (8);	horahiper.com.br (7);	tubanews.com.br (7);
hcnoticias.com.br (5);	www.faustinoamurel.com.br (5);	folharegionalwebtv.com (4);	rscportal.com.br (4);
extra.sc (3);	www.ligadonosul.com.br (3);	www.sulinfoco.com.br (3);	www.portalvozlivre.com.br (3);
icaranews.com.br (2);	pixtv.com.br (2);	g1.globo.com (2);	ndmais.com.br (2);
www.nsetotal.com.br (2);	portallitoralsul.com.br (2);	informesul.com.br (2);	www.sulemdestaque.com.br (1);
agoralaguna.com.br (1);	portalamorim.com.br (1);	www.campobomnajaqua.com.br (1);	www.msn.com (1);
imprensasul.com.br (1);	diariodosul.com.br (1);	olhardosul.com.br (1);	www.metroworldnews.com.br (1);
sulagora.com.br (1);	sulsc.com (1);	lerunica.com.br (1);	

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise dos dados (Passo 4)

Os dados analisados tinham como premissa identificar como as ocorrências enviadas e escritas nos releases policiais foram publicadas nos portais de notícias.

Partimos de uma análise quantitativa e outra qualitativa para entender os critérios utilizados.

Na análise quantitativa, o critério foi verificar se as notícias foram publicadas com alterações ou *ipsis litteris* aos releases. Observou-se que a maioria das respostas se concentrou em “sim” e “não”. A resposta afirmativa recebeu 33 respostas contra 15 da negativa.

Figura 2 – Houve alterações nas notícias publicadas?



Fonte: Elaborado pelo autor

Na análise qualitativa foi possível entender como o conteúdo foi publicado nos portais de notícias. Vale a explicação que não se analisou por portal e sim a partir das informações de cada ocorrência.

A análise revelou alguns padrões interessantes de como as informações das ocorrências foram veiculadas. Aqui os pesquisadores orientam que os dados sejam lidos como dados preliminares, tendo em vista que a coleta de dados está em andamento e a sistematização ainda não estava totalmente completa no ato da submissão deste artigo.

Quadro 2 – Análise Qualitativa dos dados.

Alterações Superficiais vs. Conteúdo	• As alterações se concentraram principalmente nos títulos; • Notou-se que as informações tem a ordem invertida; • Houve a percepção recorrente de que “nem um fato, além dos fornecidos pelos releases foi apurado”. Isso pode indicar uma possível falta de aprofundamento investigativo por parte dos veículos de comunicação, que tendem a reempacotar as informações já fornecidas, sem adicionar novas apurações ou contextos.
Prática de “Cópia e Cola” e reestruturação	• Quatro notícias foram publicadas em diversos portais apenas copiando e colando o conteúdo do release; • Percebeu-se que em alguns casos os títulos foram mudados e algumas palavras foram alteradas;
Tendenciosidade e Omissões	• Uma das notícias citou uma apreensão de drogas em um bairro conhecido popularmente por ter pontos de venda, entretanto, a ocorrência original não foi no bairro. O que leva a entender que houve uma generalização. • Percebeu-se muitas omissões de informações nos textos publicados.
Ausência de imagens ou imagem padrão	• A maioria absoluta das notícias não tem imagens da ocorrência, circuito de segurança ou abordagens policiais. Os portais, em geral, recorrem para “imagens ilustrativas” ou alguma foto de uma barreira policial copiada do site da Polícia Militar; • Não foram encontradas fotos de vítimas ou criminosos;

Agrupamento de ocorrências	• Um fato recorrente é o agrupamento de ocorrências na mesma notícia. Os portais optam por agrupar as ocorrências pela sua natureza, ou seja, furto, roubo, violência doméstica, etc.
-----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados qualitativos preliminares demonstram que em geral o portal de notícias não apura os dados existentes nas ocorrências. Mesmo em portais de notícias estaduais, percebeu-se que as informações foram publicadas da mesma forma que foram recebidas. Vale uma observação importante sobre o que os pesquisadores entendem como publicar uma notícia sem mudanças. Partiu-se da premissa que a notícia, é uma cópia, se no corpo do texto não existir informação além das que estão nas ocorrências. Por exemplo, em um caso de furto a PM informa idade do suspeito, local, onde foi a abordagem e os encaminhamentos. Se o texto noticiado mantém somente essas informações, mesmo que tenha sido redigido novamente, considerou-se como uma notícia sem alterações, checagem ou apuração.

Atualmente a pesquisa encontra-se em andamento na coleta de dados, portanto, os dados apresentados neste artigo são um recorte preliminar. Nas fases seguintes a pesquisa irá refinar dados para entender outros aspectos da publicação de conteúdo policial, como, por exemplo, a utilização de Inteligência Artificial para gerar os textos sem a devida checagem dos fatos.

Considerações Finais

Uma das práticas do jornalismo policial é a checagem dos boletins de ocorrência nos plantões policiais das delegacias. Essa prática deixou de existir tendo em vista que os releases para a imprensa, enviados via *WhatsApp*, tornaram o acesso a esse tipo de informação mais prática e simples para o jornalista. Em um primeiro momento isso pode parecer um avanço. Entretanto, a apuração jornalística é a principal função do repórter.

Recentemente a plataforma de *streaming* Globoplay lançou um documentário chamado “Escola Base – Um repórter enfrenta o passado” que fala não sobre o crime ocorrido em São Paulo em 1994 e sim do erro jornalístico, amplamente estudado nas escolas de jornalismo, que foi publicar acusações sem provas contra os donos da escola.

O repórter Valmir Salari foi acusado de prejudicar a vida dos proprietários da Escola Base e da professora Paula Milhim Alvarenga, todos injustamente acusados de

abuso sexual. O documentário mostra Salaro reconhecendo seu erro e entrevistando a professora, que revela que sofreu tortura, mas não contou isso na entrevista por medo.

A resposta de Salaro foi que se soubesse do fato à época, ele teria feito a matéria e denunciado. Entretanto, ele não fez. A ideia aqui não é discutir esse erro jornalístico e sim pensar que um repórter policial experiente, que continua frequentando delegacias, não checkou adequadamente uma ocorrência. Então, como garantir que as notícias publicadas a partir do que se recebe pelo *WhatsApp*, sem a observação *in-loco* do repórter e sem a devida checagem, não tem produzido diversos erros jornalísticos diariamente?

Nesta pesquisa preliminar identificamos que a grande maioria dos textos é publicada do sofá da redação (ou de casa), sem que o repórter vá checar o fato. Dessa forma, a notícia passa a ser pautada pelos Departamentos de Comunicação Social das Polícias Militares. E quando falamos em checagem é realmente o ato de ir até a delegacia e, inclusive, conversar com os suspeitos com a devida autorização da autoridade policial.

O *WhatsApp* facilitou o trabalho de busca das ocorrências policiais. Todavia, o que se vê nas publicações é a replicação das informações fornecidas pelos batalhões da PM. Aqui, não cabe um juízo de valor em dizer se isso é certo ou errado, mas espera-se que o jornalismo não seja uma assessoria de imprensa da corporação. Com a falta de apuração e checagem dos fatos policiais, entende-se que os repórteres estão publicando as notícias apenas num voto de confiança. Ou seja, deixa-se de lado um dos princípios básicos do jornalismo que é o interesse público.

É inegável que a divulgação de ocorrências criminais possui interesse público e está alinhada aos critérios de noticiabilidade e valores-notícia destacados por Silva (2014). No entanto, quando os portais de notícias passam a desempenhar papel semelhante ao de assessorias de imprensa da Polícia Militar, priorizando visualizações e acessos em detrimento da checagem criteriosa das informações, o jornalismo regional pode perder sua função fiscalizadora, limitando-se a enaltecer a atuação da PM sob uma perspectiva predominantemente positiva.

A presente pesquisa está em andamento e com previsão de término em dezembro de 2025, mas os primeiros dados, apresentados neste artigo, demonstram que o jornalismo policial praticado nos portais de notícias do interior, não tem uma atuação criteriosa na seleção das ocorrências. Nessa pesquisa concluímos que os repórteres têm em foco um novo valor-notícia baseado no engajamento e acessos. Observou-se que existe pouco compromisso em entender se as circunstâncias dos crimes são exatamente o que a Polícia

Militar relatou. A verificação de fatos foi substituída por uma confiança quase irrestrita nas informações provenientes dos Departamentos de Comunicação Social da corporação, o que ressalta a necessidade de novos estudos por parte de pesquisadores interessados em compreender essa relação em diferentes regiões do Brasil.

Referências

AOKI, Ricardo Luiz. **Como o Jornalismo do interior de Santa Catarina absorveu o WhatsApp nas suas práticas e se tornou refém do aplicativo para distribuir sua produção durante a pandemia de Covid-19**. 2023. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

BACIM, Laura Ferrari. **Jornalismo Polícia: a rotina produtiva na editoria policial do jornal diário de Santa Maria**. 2015. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2015. Disponível em: https://lapecjor.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/04/pdf_tfg_finalizado-laura-bacim.pdf#page=28.16. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação organizacional estratégica**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANSO, Bruno Paes. **De Gil Gomes ao True Crime, uma breve história do jornalismo policial**. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/bruno-paes-manso/de-gil-gomes-ao-true-crime-uma-breve-historia-do-jornalismo-policial/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SHIN, Soo Young; MILLER, Serena. News Engagement Process Model: theorization of audience and journalist interactions. **International Journal Of Communication**. Los Angeles, p. 2508-2532. jul. 2025. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/23946/5041>. Acesso em: 07 jul. 2025.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz. **Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 3. p. 51-68.

SILVA, Marcos Paulo da. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz. **Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 4. p. 71-83.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular 2005

VAN DALEN, Arjen. **Algorithmic Gatekeeping for Professional Communicators: power, trust, and legitimacy**. Londres: Routledge, 2023. 83 p. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-monograph/10.4324/9781003375258/algorithmic-gatekeeping-professional-communicators-arjen-van-dalen>. Acesso em: 25 jun. 2025.